



Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul

LEI N.º 1.411/99

**AUTORIZA O PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO PELO PEDIDO DE EXONERAÇÃO VOLUNTÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO, CONFORME ESPECÍFICA, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal em Exercício de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina,

**TORNA PÚBLICO**, que a Câmara Municipal de Vereadores votou aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

**Artigo 1º** - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder exclusivamente ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de **TELEFONISTA**, do GRUPO: Serviços Auxiliares do Quadro de Pessoal Permanente da Administração, submetido ao Regime de natureza estatutária que, voluntariamente requerer a exoneração, o pagamento de uma indenização em moeda corrente nos termos da presente Lei.

\* **Artigo 2º** - A indenização de que trata esta Lei será apurada, de acordo com o tempo de serviço Público prestado exclusivamente ao Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, contado em anos de efetivo exercício no cargo de telefonista, após dada a contratação através de Concurso Público de nº 001/94, e terá como parâmetro o Salário Mínimo Vigente no país.

**Artigo 3º** - O cálculo de indenização de que trata a presente Lei, é fixado em um salário mínimo vigente do país, por ano na contagem do tempo de serviço.

**Parágrafo 1º** - Na contagem do tempo de efetivo exercício será considerado ano integral a fração igual a 365 (trezentos e sessenta e cinco dias).

**Parágrafo 2º** - O ano que não somar a contagem integral, para fim da indenização será fracionado a ordem de 1/12 avos para cada mês.

**Parágrafo 3º** - O Departamento de Pessoal se encarregará da formação do processo de pedido de exoneração voluntária, juntando obrigatoriamente Certidão que comprove o Tempo de Serviço de Efetividade no Município.

**Artigo 4º** - Os cargos que ficarem vagos por adesões a esta Lei, ficam automaticamente extintos.



Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul

LEI N.º 1.411/99

Artigo 5º - O montante do valor de indenização que couber ao Servidor solicitante a exoneração voluntária, poderá ser pago de acordo com a disponibilidade financeira da Prefeitura.

Parágrafo 1º - O disposto nesta Lei, não prejudica os cálculos normais e de direito quando da exoneração dada por terminado o vínculo empregatício.

Artigo 6º - As despesas decorrentes com a aplicação da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal

Artigo 7º - A partir de sua sanção, esta Lei terá validade de 30 (trinta) dias úteis, data na qual se auto-extinguirá integralmente.

Artigo 8º - Revogam-se as disposições em contrário, entrando em vigor a presente Lei na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em  
1 de março de 1999.

47º ano da Fundação e 36º ano da Instalação.

NOÉ NAURO BENETTI

Prefeito Municipal em Exercício

VALDIR BARÇELLA

Secretário da Administração

- Certificamos que a presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

  
Adriana Soligo  
Auxiliar Administrativo